


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>
SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000849-98.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Requerente: **Jonatas Malmegrim Mezzotero**
 Requerido: **CLARO SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Pálaro Júnior**

Vistos.

JONATAS MALMEGRIM MEZZOTERO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de CLARO SA, também qualificada, alegando ter firmado com a ré, em 2012, contrato de serviço tendo por objeto duas (02) linhas telefônicas de celulares de nº 016-82177020 e 016-93756357 com custo de R\$ 155,00, pagando em dia as faturas, as quais, em meado de novembro de 2012, solicitou a transferência da titularidade para *Daniel Alvarez*, reclamando também o cancelamento do pacote de serviço para que a linha nº 016-82177020 continuasse com o plano antes vigente e a linha nº 016-93756357 passasse a ser pré-pago, conforme protocolos 2012377869502 e 2012377964143, sendo que no final dezembro de 2012 o novo titular das linhas, Sr. *Daniel*, teria requerido à ré o cancelamento da linha nº 016-82177020, fatos ignorados pela ré, que houve por bem emitir em nome dele, autor, as faturas referentes aos serviços dos meses de novembro/dezembro de 2012, gerando reclamação à ré conforme Protocolo 2013126311113, que gerou nova emissão de fatura, embora já em nome de *Daniel Alvarez*, com valores equivocados, totalizando R\$ 293,59, valor que não obstante tenha sido pago a fim de evitar problemas, diverge daquele contratado, de R\$ 155,00, destacando ainda que a ré, não obstante o pagamento, apontou o nome dele, autor, no Serasa, em 26 de abril de 2013, por uma dívida de R\$ 204,10, referente ao período de 21 de novembro de 2012 a 20 de dezembro de 2012, o que o levou a novamente se dirigir à empresa ré tentando solucionar o equívoco, conforme protocolo 13396172013, tendo a ré mantido a anotação, o que implicou em restrição de crédito e afetou seus direitos de personalidade, à vista do que requereu seja declarada a inexistência do débito com a condenação da Ré ao pagamento de indenização por danos morais em valor não inferior a R\$ 20.000,00.

Deferida a antecipação da tutela para exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, a ré contestou o pedido sustentando que não obstante a transferência da titularidade da linha, o autor continuou responsável pelo saldo residual dos serviços nela faturados, não havendo irregularidades que induza à inexistência do débito, concluindo pela improcedência da ação.

O autor replicou reafirmando os termos da inicial.

Foi determinado à ré a produção de prova documental, vindo a ré aos autos informar não ter ditas provas consigo, à vista do que o autor reiterou os pedidos da inicial.

É o relatório.

Decido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Conforme apontado pelo autor, através dos protocolos 2012377869502 e 2012377964143, em meado de novembro de 2012, teria sido formulado o pedido de transferência da linhas para *Daniel Alvarez*, de modo que cumpria à ré exibir nos autos o conteúdo desses pedidos e respostas de que constaram esses dois (02) protocolos, através de relatório escrito discriminando o conteúdo da conversa e das respostas de seus atendentes.

Instada a fazê-lo, a ré veio aos autos informar que *“não possui as gravações e transcrições das conversas relacionadas aos protocolos descritos”* (fls. 120).

Ora, trata-se de prova que a ré, enquanto fornecedora, tinha obrigação de manter consigo, até porque a iniciativa de valer-se da facilidade do serviço de *telemarketing* é sua, não do autor, e o lucro advindo do uso desse serviço singelo também é seu, exclusivamente.

Diga-se mais, a ré não impugna nem contesta especificamente o conteúdo dessas tratativas a que se referem os protocolos, de modo que, *“se o fato narrado pelo autor não é impugnado especificamente pelo réu de modo preciso, este fato, presumido verdadeiro, deixa de ser fato controvertido”* (cf. JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS ¹), pois *“a regra do art. 302 dispensa o fato não contestado de prova e impede que o juiz forme uma convicção própria sobre ele”* (LUIZ GUILHERME MARINONI) ².

Ou seja, presume-se verdadeiro tudo quanto disse o autor na petição inicial.

Se é assim, tendo havido efetivo requerimento de transferência de titularidade das linhas telefônicas de celulares de nº 016-82177020 e 016-93756357 ainda em meado de novembro de 2012, não poderia a ré, ignorando essa transferência, emitir faturas em nome do autor como se ainda fosse o titular da linha nº 016-82177020, no valor de R\$ 293,59, e tampouco em seguida, após verificado o pagamento dessa fatura, apontar o nome do autor no Serasa, em 26 de abril de 2013, por uma dívida referente a supostos serviços dessa mesma linha telefônica no período de 21 de novembro de 2012 a 20 de dezembro de 2012.

Vale destacar, porém, que o apontamento da dívida feito no Serasa não tem o valor indicado na inicial, de R\$ 204,10, mas sim de R\$ 195,33 conforme pode ser lido às fls. 37.

A declaração da inexistência da dívida, sem embargo, bem como a obrigação da ré em indenizar o autor pelo prejuízo moral, é inegável.

Destaque-se, sobre o dano moral, que o apontamento do nome do consumidor em cadastro de inadimplente implica em manifesta restrição do acesso ao crédito junto ao mercado comercial e financeiro, crédito que, *“em sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada”* (cf. YUSSEF SAID CAHALI) ³, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, *“eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada”* (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator) ⁴.

Caiba-nos considerar, ainda na liquidação do dano, tratar-se de hipótese em que a condenação não se firma em responsabilidade objetiva da ré, mas em culpa efetivamente comprovada nos autos, dada a existência de pagamento.

¹ JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. III, 8ª ed., 2001, Forense-RJ, n. 197.2/3/4, p. 287.

² LUIS GUILHERME MARINONI, *Tutela Antecipada, Julgamento Antecipado e Execução Imediata da Sentença*, 4ª ed., 2000., n. 5, p. 79.

³ YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

⁴ LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

Diante dessas circunstâncias, temos que a fixação da indenização em valor equivalente a dez (10) salários mínimos se nos afigura suficiente a reparar o dano moral.

Tomando-se por base o disposto na Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, para fins de liquidação do dano, fica eleito o salário mínimo vigente na data desta sentença (*salário mínimo de R\$ 788,00 - cf. Decreto nº 8.381, de 2014*), de modo que a condenação totaliza o valor de R\$ 7.880,00 e deve ser acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

A ré sucumbe, devendo, assim, arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Acolhida no mérito a demanda, cumpre seja mantida a antecipação da tutela, sem que possa essa determinação ser alcançada por efeito suspensivo de eventual recurso de apelação.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação, em consequência do que DECLARO INEXISTENTE a dívida em nome do autor JONATAS MALMEGRIM MEZZOTERO, tendo como credora a ré CLARO SA, oriunda do contrato nº 0000931570206 no valor de R\$ 195,33 com vencimento em 14 de janeiro de 2013; CONDENO a ré CLARO SA a pagar ao autor JONATAS MALMEGRIM MEZZOTERO indenização por dano moral no valor de R\$ 7.880,00 (*sete mil oitocentos e oitenta reais*), acrescido de correção monetária pelos índices do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Observe-se a manutenção da exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes em relação à dívida ora declarada inexistente, por força da manutenção de medida de antecipação da tutela.

P. R. I.

São Carlos, 11 de fevereiro de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**